

PSDB ajuizará ação no Supremo contra projeto que fixa reajuste do mínimo por decreto presidencial

O PSDB ajuizará uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular o artigo do projeto de lei que fixou os próximos reajustes do salário mínimo por meio de decreto presidencial. O anúncio foi feito pelo líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, nesta quarta-feira (23) logo após aprovação do dispositivo pelo Senado que também fixou o piso salarial para 2011 em R\$ 545. "O partido vai entrar com a ação por dois motivos fundamentais. Isso é uma afronta ao texto constitucional, que é autoexplicativo sobre a questão do reajuste e prevê a mudança por lei. E contra a usurpação das prerrogativas do Legislativo", explicou o líder.

Durante a votação do projeto, a bancada tucana se uniu em defesa da aprovação das emendas apresentadas pelo partido, principalmente a que aumentaria o salário mínimo para R\$ 600 e sobre o artigo que será contestado no STF. Alvaro Dias argumentou que seria possível pagar o valor proposto pelo partido, caso o governo cortasse R\$ 11,5 bilhões em despesas correntes, sem afetar os compromissos sociais e os investimentos produtivos. "Nós não temos dúvidas de que o governo necessita realizar um rigoroso ajuste fiscal, mas não se faz cortes colocando uma mão grande no bolso do trabalhador", criticou.

Segundo o líder, o governo aprovou, recentemente, uma medida provisória que autoriza a transferência de R\$ 90 bilhões para o BNDES financiar grandes empreiteiras com juros subsidiados. "Como é possível subsidiar juros e não é possível oferecer R\$ 17 bilhões a mais para pagar um salário que corresponda a um ganho real, que nos últimos 16 anos foi realidade. O reajuste oferecido pelo governo sequer repõe as perdas inflacionárias do período. É uma marca negativa, um retrocesso", condenou.

A Constituição Federal determina:

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

@ Leia no blog as declarações dos senadores do partido sobre o tema

Nogueira: oposição preservou dinheiro público em MP que criou Autoridade Olímpica

Após um acordo entre a base governista e a oposição, o plenário da Câmara aprovou nesta quarta-feira (23) a Medida Provisória 503/10 que cria a Autoridade Pública Olímpica (APO) para coordenar a preparação e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O relator da MP, Daniel Almeida (PCdoB-BA), reduziu de 484 para 181 os cargos comissionados previstos para o funcionamento da APO.

Segundo o entendimento fechado pelos deputados da oposição e da base aliada ao Planalto, serão retirados da medida os dispositivos que mudariam as regras das licitações para agilizar as obras de preparação das Olimpíadas. O regime diferenciado de licitação que entraria na medida que criou a APO só será analisado no âmbito da MP 510/10. A matéria perde a eficácia em 1º de março e será apreciada pelo Senado.

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, destacou a importância do acordo e rebateu as acusações de que a oposição era contra as Olimpíadas. "Quero ressaltar que esse acordo só foi produzido para

preservar a APO e, ao mesmo tempo, impedir que o Parlamento adulterasse a Lei de Licitações e Contratos, que foi amplamente discutida com a sociedade por anos a fio para preservar o dinheiro público, a moralidade pública, a transparência e a publicidade dos atos da Administração Pública em todos os seus níveis", disse o parlamentar.

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, elogiou a "sensatez" dos parlamentares governistas que desistiram de alterar a Lei de Licitações. "Felizmente, graças aos argumentos da oposição chegamos ao consenso de que deveríamos promover um acordo, tirar do texto da medida provisória essa parte polêmica e votar aquilo que interessa ao Rio de Janeiro e aos Jogos Olímpicos", afirmou.

"Estamos aqui para fortalecer nossa democracia. O papel da oposição é fazer com que as matérias possam, acima de tudo, ter mais transparência", acrescentou o deputado e vice-líder do PSDB, **Raimundo Gomes de Matos (CE)**.

Deputados condenam veto inédito a emendas e defendem mudanças na elaboração do Orçamento

Em reunião da bancada nesta quarta-feira (23), deputados do PSDB manifestaram indignação com a forma como o governo federal trata o Congresso Nacional. O inédito veto a emendas parlamentares anunciado pelo Palácio do Planalto no valor total de R\$ 1,8 bilhão reforçou a revolta dos tucanos. Ao longo do governo Lula, também houve um nítido privilégio a congressistas da base aliada em detrimento da oposição na liberação dos recursos.

Agora, a presidente recém-empossada deu mais uma sinalização de autoritarismo ao simplesmente excluir esse montante bilionário do Orçamento proveniente das emendas. No Parlamento, o partido denunciará essa postura não republicana da gestão petista e defenderá mudanças na elaboração, tramitação e execução da peça orçamentária. Para isso, será formado um grupo de trabalho dentro da bancada, que apresentará uma proposta formal de alterações.

Números citados por parlamentares no encontro mostram a disparidade de tratamento. De acordo com

o líder **Duarte Nogueira (SP)**, em 2010 a média de empenho das emendas na bancada do PSDB foi de 28%. Dos R\$ 12,5 milhões apresentados por deputado, o valor médio liberado foi de R\$ 3 milhões, com variações dentro do partido. “Este é um tratamento não republicano, bem diferente do que ocorre em governos do PSDB em estados como São Paulo e Minas Gerais. Além disso, é muito comum ouvirmos prefeitos do nosso partido que procuram ministérios e enfrentam dificuldades para obter recursos”, criticou o tucano.

Um dos políticos com mais experiência no Congresso em relação à elaboração do Orçamento, o deputado **Sérgio Guerra (PE)** afirmou que enquanto os parlamentares da oposição sofrem para liberar valores como R\$ 2 milhões, governistas obtêm valores muito mais expressivos para suas bases. “Os limites têm sido rompidos em relação ao Congresso. Além disso, aqui é aprovado um Orçamento escandaloso”, reprovou o presidente nacional do PSDB. @

28%

foi a média de empenho das emendas na bancada do PSDB em 2010

Marchezan Júnior critica corrupção, impunidade, incompetência e privilégios no setor público

Em pronunciamento nesta quarta-feira (23) no plenário da Câmara, o deputado **Nelson Marchezan Júnior (RS)** destacou os pontos críticos do setor público que têm prejudicado o país. São problemas que, na sua avaliação, acabam causando influência negativa em todas as áreas da administração federal. Para o vice-líder da Minoria na Câmara, a incompetência na gestão pública, a corrupção, a impunidade e a concessão de privilégios são os maiores males do Brasil.

“Há um grande setor que creio ser a raiz de todos os problemas e, ao mesmo tempo, a fonte de todas as suas soluções: o setor público. No Brasil, essa área,

nada tem de pública. Se depender das corporações, nunca será. O caminho para que isso seja feito é por meio dos eleitos que representam a sociedade”, destacou o tucano da tribuna.

O deputado acredita que mudanças podem ocorrer apenas com o fim desses privilégios e das distorções do atual modelo tributário. “Todos sabem que temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Segundo estudos do IPEA publicados no final do ano passado, os 10% mais pobres deixam quase 33% da sua renda em tributos. E os 10% mais ricos deixam em torno de 23% da sua renda”, criticou. @

Leia também em nosso blog:

- Duarte Nogueira solicita ao Ministério Público nova investigação sobre negócios envolvendo o banco Panamericano
- Líder tucano na Câmara pede à CGU informações sobre auditorias no programa Segundo Tempo
- PSDB comandará comissões de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores da Câmara
- Parlamentares cobram do governo brasileiro atitude em relação à crise na Líbia
- Projeto de Marisa Serrano estabelece prazo para presidente indicar autoridades do Judiciário
- Voracidade do PT não entende que sociedade não tolera pagar mais impostos, destaca ITV
- Direto do Twitter, com os deputados Eduardo Azeredo (MG), Marcus Pestana (MG), Vanderlei Macris (SP) e Rui Palmeira (AL) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Flexa Ribeiro (PA)
- Direto do Plenário, com os deputados Fernando Francischini (PR) e Mara Gabrilli (SP) e a senadora Marisa Serrano (MS)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>